

OS ENCONTROS DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI E A CARACTERIZAÇÃO DE UMA ETNIA TAPUYA ATRAVÉS DO INDIGENISMO DE CONSCIENTIZAÇÃO¹

Cristhian Teófilo da Silva
Mestrando em Antropologia Social PPGAS/DAN/UnB
silvact@unb.br

Esta comunicação parte de uma reflexão sobre o contexto interacional dos encontros realizados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entre as “lideranças indígenas” de Goiás e Tocantins no sentido de descrever não só o modelo alternativo de indigenismo aí promovido em associação com as dioceses e outras agências e agentes indigenistas, mas também, e principalmente, o modo como são articuladas representações sobre e para os tapuios do Carretão, grupo indígena com cerca de 235 pessoas localizado no oeste do estado de Goiás.

Não participei de nenhum dos encontros do CIMI a que farei referência, assim cabe dizer que me baseio nos documentos fichados na Diocese de Rubiataba durante o período de meu trabalho de campo em 1997, bem como nas conversas realizadas com o Bispo desta Diocese, Dom Carlos, e com uma (ex) organizadora do CIMI e (ex) advogada desta Diocese, a irmã Maria Edna, que participou destas reuniões como interlocutora entre a Diocese e o CIMI e como articuladora destas agências perante os tapuios.

Espera-se proporcionar uma idéia de como tem se dado o envolvimento da Diocese e de outros agentes (missionários, antropólogos, advogados, funcionários da FUNAI) junto aos tapuios e como se tem promovido uma identificação étnica destes índios a partir do etnônimo “Tapuya”. Nesse sentido, esta descrição complementa uma outra parte de meu estudo elaborado em 1998 centrado na atuação da FUNAI na área, apontando inclusive como se dá a inter-relação entres estas duas agências (FUNAI e CIMI) e os princípios norteadores de suas atividades. Gostaria de fazer uma breve introdução ao caso.

Em entrevista cedida pelo Bispo Dom Carlos, na Diocese de Rubiataba em setembro de 1997, é possível situar o início da trajetória de envolvimento da Igreja com a questão tapuia. O Bispo Dom Carlos comenta que desde 1980 a Diocese, então Prelazia, havia iniciado sua relação de assistência aos tapuios após a antropóloga Rita Heloísa de Almeida (então funcionária da FUNAI) ter entregue um relatório por ela elaborado em resposta às

¹ Trata-se de uma versão adaptada de parte da minha dissertação para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, intitulada: “*Parados, bobos, murchos e tristes*” ou “*caçadores de onça*”? *Estudo sobre a situação histórica e a identificação étnica dos tapuios do Carretão/GO*. Brasília: DAN/UnB. Esta versão foi elaborada para apresentação na XXII Reunião Brasileira de Antropologia/ABA, Fórum 14, “Missões em áreas indígenas: fronteiras e traduções”, realizada na Universidade de Brasília, Brasília/DF, julho de 2000.

demandas por assistência feitas pelos hoje conhecidos “tapuios” à FUNAI em 1979 e 1980. Na ocasião os tapuios se apresentaram ao órgão indigenista enquanto descendentes de xavante e javaé, sendo a designação “tapuia” um termo pejorativo na região e preterido pelos índios.

O Bispo Dom Carlos comenta sobre a ausência de atuação da FUNAI junto aos tapuios e que a partir do relatório da antropóloga buscou-se um advogado para acompanhar a situação fundiária dos mesmos. Como as terras do Carretão (nome do rio, hoje conhecido como São Patrício, às margens do qual se fundou a sede do antigo aldeamento de “pacificação” instituído no final do século XVIII – 1788) haviam sido reconhecidas pelo estado de Goiás em 1949 aos “descendentes de índios xavantes ali residentes” a Igreja desconsiderou inicialmente uma parceria com a FUNAI no sentido de impedir o processo de expropriação a que estava submetida esta comunidade, associando-se ao Instituto de Terras de Goiás (IDAGO) para solucionar o problema. Como resultado, alguns posseiros deixaram a área, porém a situação demandava a intervenção da FUNAI para ser plenamente equacionada.

Este percurso descrito nos aponta a tentativa bem intencionada da então prelazia de Rubiataba, que ainda não havia se articulado com o CIMI, em resolver o conflito fundiário no Carretão através de uma via alternativa à FUNAI. Como à transformação da prelazia em diocese segue a implementação de uma administração eclesiástica de um bispo, este converte-se em agente político central na constituição da rede de assistência que irá envolver os tapuios. Sendo assim, a “chegada” do Bispo Dom Carlos na região implicou na construção de um *know-how* administrativo elaborado por uma rede de “funcionários” da Igreja que levou à posterior “chegada” do CIMI. Esse processo me foi narrado pela advogada e missionária Edna, em entrevista cedida na Diocese no mesmo período (1997):

“A questão é assim, quando o Dom Carlos chegou aqui (...) ele despertou a questão indígena da forma como se estava. Que antes era aquilo como eu disse, quando alguém queria xingar outra pessoa chamava esta de ‘tapuia’. No sentido de caboclo. E a (...) realidade diocesana era tão complexa em termos de pastoral e estava tão indefinida, que ninguém tinha visto a questão indígena como uma pastoral ainda.² (...) Foi quando (...) eu já estava estudando (advocacia) que veio a conscientização política, de certa forma, social, dentro da área. E a partir daí, então, a gente procurou ter acesso aos Chefes de Posto (da FUNAI)³ e à questão do CIMI, eu passei a participar da Comissão do CIMI, que depois se definiu como ‘Tocantins - Goiás’, com a regional em Tocantins. E a minha função foi a de participar das assembleias, trazer para a Assembleia Diocesana quais eram as decisões e

² Tal afirmação sugere também o fato de que os tapuios não eram “conhecidos” pela diocese enquanto “excluídos”, representação a ser auferida sobre eles por esta, ou enquanto “índios”. Talvez por aqueles terem estrategicamente se orientando até então através da “invisibilização” de sua identidade étnica (cf. Oliveira Jr, 1997c).

expectativas. Nós tentamos alguns projetos, projetos no sentido de viabilizar algum trabalho interno, lá dentro. Só que não deu muito resultado, uma experiência que também não foi positiva foi a da horta comunitária porque eles não tem mesmo esse espírito comunitário. É uma coisa que tem que ser trabalhada.”

O descontentamento que se seguiu de alguns tapuios perante a atuação diocesana e missionária, como me foi relatado por eles, advém da contradição de concepções diversificadas de comunidade, filiação religiosa, propriedade e território. As falhas dos projetos, como vimos na fala da missionária, são comumente atribuídas aos próprios tapuios e não à inviabilidade da imposição de práticas estranhas aos seus costumes e regras de produção. Por exemplo, tentou-se a implementação de uma granja, e hoje em dia fala-se na criação de tanques para criar peixes. Os próprios tapuios em carta-protesto à FUNAI orientados pela Diocese pedem recursos para criar abelhas! Diante dos “fracassos” na implementação de projetos, e o mais importante, a “derrota” no âmbito da justiça local na obtenção da terra para os tapuios⁴, que por sua vez é atribuída à FUNAI, surgiu a necessidade de contatos mais amplos com outras agências como o CIMI e a própria FUNAI, redundando no reconhecimento das lideranças religiosas de sua incapacidade de lidar com a situação dos tapuios. Era necessário construir, como disse antes, um *know-how* para lidar com a questão indígena que não se tinha até então, promovendo-se um incremento da “consciência política” sobre a “questão indígena” vinculada, então, às Comissões Pastorais da Terra e da Criança e às orientações do CIMI.

Esta necessidade de ampliação da assistência aos tapuios implicou ainda na participação da entidade MISEREOR (uma ong contra a fome e as doenças no mundo), sediada na Alemanha, para emissão de recursos que permitiriam a implementação dos projetos diocesanos, beneficiando a Diocese como um todo. Nesse sentido, podemos dizer que “possuir índios no fundo do quintal” redundava na possibilidade de angariar recursos junto a outras organizações sob a alegação de fazer “obras sociais” ou projetos. O estabelecimento destas articulações implica necessariamente numa maior abrangência e reconhecimento (além

³ Portanto, a FUNAI estava presente e atuante na área.

⁴ Dom Carlos comentou durante a entrevista acima (Diocese, 09/09/97): “Quando a FUNAI veio começamos o processo. Infelizmente, cada advogado da FUNAI que vinha, nenhum se interessava profundamente, se apaixonava pela causa (que como vimos acima incidia na questão do reconhecimento étnico dos tapuios para poder-lhes garantir seus direitos), nenhum deles. Eles achavam que aquilo ali era uma luta inútil. E assim foi. Perdemos. (...) O certo é que nós perdemos. (...) Então, a própria FUNAI apelou, depois ganhamos lá em Goiânia, depois em Brasília é claro. E graças a Deus foi uma vitória muito grande para o grupo lá dos Tapuias.”

A irmã Edna por sua vez, teceu o seguinte comentário, enquanto funcionária da Diocese e articuladora do CIMI, sobre as intenções vigentes entre a Diocese e a FUNAI quanto à atuação junto aos tapuios: “(...) a gente sempre tentou ter um relacionamento com o pessoal da FUNAI. (...) com quem estivesse ali dentro como funcionário. Chefes de Posto, advogados, pessoal de enfermagem. É uma forma até que o CIMI tem de conseguir acompanhar o trabalho, organizar o trabalho. Porque não adianta você jogar pedra à distância sem

da esfera nacional) das atividades de uma dada Diocese. É preciso reconhecer, portanto, os interesses políticos, as metas e os valores das agências religiosas em contato com os índios tanto quanto nos preocupamos em conhecer os interesses políticos do Estado ou de empresas frente aos índios, quando se quer avaliar a natureza das relações aí estabelecidas.

A partir de 1988 foram estabelecidos os primeiros contatos com a organização acima, que anuncia o envio de um missionário “teólogo” alemão⁵ para promover atividades nos setores de saúde e cooperativismo. Dentre suas atividades, foram realizadas a construção de um centro comunitário na T.I. Carretão, onde são celebradas as missas católicas uma vez por mês; a construção de poços artesianos e casas para alguns tapuios; além de terem provido recursos para incrementar a assistência médica, jurídica e alimentação através do fornecimento de sementes e ferramentas, principalmente. (Fonte Documentos da Diocese de Rubiataba, Pasta Tapuias)

Retornando à questão da criação de um *know-how* indigenista para lidar com a situação dos tapuios é perceptível no discurso da funcionária da diocese e missionária do CIMI uma postura refratária às referências que deveriam passar a nortear a atuação junto aqueles. Quando indagada sobre a atuação da antropóloga Marlene Castro Ossami do Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia - IGPA e “militante” do CIMI, a missionária responde que foi duas vezes na Terra Indígena Carretão enquanto a antropóloga Marlene Ossami tentava encaminhar sua atuação enquanto “militante” do CIMI junto aos tapuios. Foi quando se deu a “Primeira Assembléia dos Índios”⁶. O encontro contou com a participação de dois índios de Brasília, que segundo a descrição da missionária: “Um tinha uma consciência política bem grande, inclusive candidato a deputado ou coisa assim, e o outro tinha uma outra formatura também, já tinha curso superior. Só que um deles falou de uma forma assim, muito trabalhada, difícil. O outro foi capaz de falar à altura dos que estavam presentes.”

conhecer nada nem ninguém. Só que aqui na região não para Chefe de Posto. Nem enfermeiro também (o que denota a transitoriedade da atuação da FUNAI localmente).”

⁵ Atualmente o referido missionário alemão, designado pela entidade MISEREOR, para lidar com os tapuios, foi deslocado por decisão diocesana, não podendo atuar mais junto aos tapuios. O mesmo não quis ceder entrevista durante a pesquisa quando estive com ele na cidade de Valdelândia/GO. Este missionário é o responsável direto pela construção do Centro Comunitário localizado no “Grupo”, pela casa do cacique José Borges, entre outras, pela tentativa de implementação de projetos comunitários, como lavoura comunitária, etc.

⁶ Trata-se da reunião divulgada no jornal *Porantim: em defesa da causa indígena*, circulado pelo CIMI, para o mês de novembro de 1996. A matéria intitulada “Comunidade discute terra e organização”, com a chamada de seção apresentando o etnônimo “Tapuya”, e assinada pela antropóloga Marlene de Castro Ossami – IGPA/PUC-Goiânia, contou com a participação de dois membros da diretoria do CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil): “Caboquinho Potiguara e Zeferino Kayowá; a citada antropóloga, a irmã Edna, a irmã Divina Paula e o padre Divino (que prestam “assistência religiosa” aos tapuios) e o chefe de posto Célio Furtado. É interessante lembrar que a antropóloga Marlene foi primeiramente requisitada pela Diocese de Rubiataba para proceder estudo quanto aos limites físicos da T.I. Carretão e sobre a “organização social” dos tapuios. Sua participação ativista junto ao CIMI tem marcado sua atuação junto aos tapuios, como se pode notar pela organização de encontros interétnicos e com lideranças de organizações indígenas.

A modalidade ou dinâmica diferenciada com que a antropóloga e então articuladora do CIMI realizou a reunião junto aos tapuios, trazendo lideranças indígenas de outras comunidades, nos levaria a indagar sobre os objetivos de tal atuação. A participação dos dois “índios” do CAPOIB denota uma iniciativa de “conscientização” dos tapuios frente à abrangência nacional da questão indígena na qual estes deverão passar a se perceber e dentro da qual deverão se organizar.

Segundo o artigo do jornal Porantim, de novembro de 1996:

“A participação dos dois líderes do Capoib serviu para estreitar os laços da comunidade Tapuya com esta organização. Caboquinho relatou a situação das aldeias Potiguara, na Paraíba, que viveram problemas parecidos com os enfrentados pelos Tapuya, mas que, graças à sua organização, recuperam sua terra e até elegeram um líder da comunidade indígena (...). Por sua vez, o Kayowá Zeferino, do Mato Grosso do Sul, falou da terra indígena, mas disse que os Guarani Kayowá têm obtido algumas vitórias em matéria de demarcações, graças à luta inspirada no exemplo do líder Marçal Tupã-i, assassinado por pistoleiros de um latifúndio há 15 anos.” (Porantim, 1996: 10)

Ao se analisar o conteúdo discursivo de outros encontros ou “assembléias” do CIMI e de tais matérias como essa do Porantim, torna-se possível construir uma leitura da “prática indigenista” do conselho junto aos tapuios. O que proponho nesse momento é que nos detenhamos na semântica por trás dessa prática, que é superposta ao campo semântico da etnicidade vivido e pensado pelos tapuios que por sua vez já vinha sofrendo uma crise pela atuação da FUNAI de amplas proporções. Quer dizer, aqueles indivíduos que rechaçavam a identificação enquanto tapuios, pois sempre se disseram xavantes, caiapós ou javaés viram-se obrigados a acatar o etnônimo oficial como condição de assistência. A prática indigenista do CIMI trouxe à baila outros atores sociais (antropólogos, padres, freiras, missionários, outros indígenas, etc.) que interagem nos encontros ou assembléias organizados pelo CIMI enquanto agentes de “conscientização”, visando a articulação homogênea entre diferentes sociedades indígenas do país e, no caso, da região “Goiás-Tocantins”. Nesse sentido, o CIMI semeia alteridades e aguarda o tempo em que colherá os frutos da “auto-determinação étnica” dos grupos que “conscientiza”.

A presença das “lideranças do CAPOIB” elucida uma estratégia de “conscientização” dos tapuios a partir de procedimentos típicos de grupos estigmatizados. Isto é, ao tentar definir o indivíduo (ou índio) estigmatizado como não-diferente de qualquer outro ser humano, dizendo por exemplo, que os índios de determinado lugar elegeram líderes, recuperaram a terra, etc., ao mesmo tempo em que caracterizam as pessoas próximas, os tapuios, como marginalizados implica em uma auto-contradição básica que demanda dos

envolvidos um esforço para descobrir uma doutrina que forneça um sentido consistente à sua situação. (Goffman, 1988: 119) Daí emerge uma área de fricção semântica entre as concepções indigenistas do CIMI e as concepções indígenas dos tapuios que implicará numa transformação radical da auto-percepção destes últimos, principalmente entre os mais jovens frente aos mais velhos.

O “Encontro de Agentes de Pastoral Indigenista Goiás-Tocantins”, realizado em Rubiataba em junho de 1989 apresenta discursos elaborados a partir de conceitos de assimilação e marcados pela perspectiva da “falta” comumente utilizada na descrição de sociedades indígenas. Nos termos de Pierre Clusters: “Por trás das formulações modernas, o velho evolucionismo permanece, na verdade, intacto. Mais delicado para se dissimular na linguagem da Antropologia, e não mais na da Filosofia, ele aflora contudo ao nível das categorias que pretendem ser científicas. Já se percebeu que, quase sempre, as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história.” (Clastres, 1990: 133)

Já nos termos do Encontro temos a seguinte caracterização dos tapuios como: “descendentes de Xavante. (...) No passado eram cerca de 3.000 pessoas e hoje estão reduzidos a 24 famílias, ao todo 128 pessoas.⁷ Há 40 anos atrás suas terras foram invadidas pelos Caiado (...) e mais tarde, o seu principal líder assassinado. Perderam a língua e todos os seus rituais. Em sua cultura entraram todos os vícios de nossa sociedade. Vivem da agricultura. (...) O departamento de antropologia da UCG (Universidade Católica de Goiás) está com um projeto na tentativa de recuperar a cultura e as tradições dos Tapuia.” (Documentos da Diocese de Rubiataba, “Pasta-CIMI”, grifos e parêntesis CTS)

Nessa verdadeira descaracterização, recai sobre os tapuios, além do “critério da falta” utilizado comumente às sociedades indígenas em geral, uma segunda falta, a falta de traços indígenas, a falta de história, de escrita, de racionalidade, de população, etc. Outros dados registrados quando dos “encontros do CIMI” não denotam uma grande transformação com relação ao tipo de caracterização exposta acima. Os “Tapuya” continuam a ser expostos em contraste com outras etnias, sendo constantemente descritos pela noção de ausência de cultura. Segundo “Relatório de Avaliação do CIMI GO/TO” elaborado por uma missionária em março de 1995 os tapuios são enquadrados da seguinte forma no cenário interétnico:

“Apesar do crescente contato com sociedades locais, os Povos ainda mantém algumas de suas expressões culturais tradicionais, como festas, ritos, danças, a língua (no GO/TO, só os Tapuya não falam mais a língua).” (Documentos da Diocese de Rubiataba, “Pasta-CIMI”, grifos CTS)

Vale ressaltar o “salto” populacional apontado nestes documentos que registram a pauta de discussão do CIMI. Desde o primeiro encontro em 1989 até a avaliação de 1995, os 128 “Tapuyas” apontados anteriormente, duplicam sua população em 6 anos, chegando à 260 pessoas. Este crescimento populacional certamente não se origina de uma alta taxa de natalidade entre os tapuios, afinal, suas condições de subsistência não incrementaram muito diante das respectivas atuações indigenistas, e sim da “conversão” ou da “filiação” de outras famílias à etnia “Tapuya”. O que por sua vez, levará a antropóloga Marlene Ossami a afirmar em matéria do jornal O Popular (22/09/97), que os “índios tapuia do Carretão” são a população indígena mais numerosa em Goiás.

Mesmo diante deste acréscimo populacional, a mobilização identitária dos tapuios ainda é percebida como parcial na visão do Bispo Dom Carlos:

“Os tapuios que aceitaram a luta é um grupo pequeno. Eu calculo que mais ou menos 50% dos que moram lá atualmente têm consciência dos direitos do índio. Tem consciência de que de fato eles são índios ou descendentes de índios, é claro que uns já se casaram com brancos e outros com negros, mas eles tem consciência da origem deles. Uns 50% eu calculo mais ou menos. Dos que eu conheço. E boa parte deles que estavam se aproveitando das terras e agora não podem mais alugar. Estes ficaram revoltados inclusive conosco. Andaram esparramando que quem queria aquelas terras era a Igreja.” (Entrevista cedida na Diocese de Rubiataba em 08/09/97) Não vale a pena repetir os motivos do descontentamento dos talvez 50% de tapuios restantes diante da atuação diocesana.

Outros documentos e registros referentes aos encontros do CIMI representam os tapuios e sua situação de forma semelhante aos “levantamentos” elaborados pela FUNAI nos apresentando um quadro de pobreza e sobreexploração, onde os índios continuam a ser aliciados pelos “brancos” implicando na sua própria auto-degradação. Diante destes “fatos” levantados pelos articuladores do CIMI bem como do argumento de Dom Carlos exposto acima quanto a percentagem (50%) de tapuios que têm consciência dos direitos do índio, i.e., os “Tapuyas”, justifica-se a atuação indigenista visada pelo CIMI a ser cumprida segundo roteiro que se pauta em quatro pontos: criar unidade, ensinar a importância do sigilo, formar lideranças e resgatar a cultura. Muitos destes itens vem sendo levados à cabo, municiados por trabalhos antropológicos como o “Relatório Carretão: Os Tapuia”, elaborado pelas antropólogas Marlene Castro e Leila Miguel Fraga do IGPA/UCG, no qual se reforça a caracterização dos tapuios pelo critério da falta, alegando que os mesmos “perderam sua cultura”, sendo necessário resgatá-la urgentemente. A orientação desse resgate visa “uma pesquisa minuciosa da genealogia do grupo”, onde “o único método que julgamos ser adequado e possível é o

⁷ Ignora-se assim a maioria dos tapuios que residem fora da área indígena.

etno-arqueológico, já que o grupo não possui mais nenhum traço da cultura tradicional e muito menos fala a língua original.” (1987: 40, mimeo, grifos CTS)

Deve-se ressaltar no conjunto dos valores e referências orientadores do “indigenismo de conscientização” proposto pelo CIMI e seus agentes a questão da “formação de lideranças”. Esta questão de “formação de lideranças conscientes” expressam como a atuação da Diocese e do CIMI junto aos tapuios se sobrepõe à atuação da FUNAI, reproduzindo em parte as concepções e práticas desta no que se refere a um indigenismo de “conscientização” ou “didático e a idéia de “falsos índios” ou índios sem cultura. Nota-se também o interesse em monopolizar a assistência, o que leva a uma relação de competição diante da FUNAI.

A “formação” do tapuio Dorvalino para “empossá-lo” na posição de futuro “Cacique” (categoria e função criada pela FUNAI) expressa claramente o “indigenismo de conscientização” proposto pelo CIMI, que por sua vez é devidamente apresentado por esta agência como forma de articular a “luta dos Povos Indígenas do Goiás - Tocantins”. Os encontros do CIMI se originam de uma arena de argumentos e discussões referentes ao que as populações indígenas deveriam pensar de si mesmas, ou seja, à identidade de seu eu. A seus outros problemas, elas devem acrescentar o de serem simultaneamente empurradas em várias direções por profissionais (funcionários, militantes, articuladores, antropólogos, etc.) que lhes dizem o que deveriam fazer e pensar sobre o que elas são e não são, e tudo isso, pretensamente em seu próprio benefício. (Goffman, 1988: 135-6, parêntesis CTS)

No dizer da missionária Edna, a atuação do CIMI: “É uma colcha de retalhos, onde cada um puxa um canto para um lado. Tem índio católico, protestante, político, padres, missionários, etc. Cada um com sua visão.” (Caderno de Campo, 17/09/97) Entre estes devem se incluir os antropólogos.

A ambigüidade deste indigenismo que se pretende alternativo ao indigenismo oficial da FUNAI incide na mesma contradição deste último. Num primeiro momento nega-se o reconhecimento dos tapuios enquanto indígenas, seja pelo seu “desconhecimento” ou pela sua “invisibilidade étnica”, onde após a confirmação de sua existência busca-se descrevê-los pela “perda de cultura” dos mesmos, considerando-os “indistintamente” das populações regionais ao mesmo tempo em que se atribui a eles “desvios” negativos tidos como “comuns” às populações indígenas: preguiça, promiscuidade, inocência/estupidez, alcoolismo, incapacidade econômica, entre outras coisas.

Não cabe prolongar mais esta exposição, mesmo porque este prolongamento careceria de mais dados e leituras no sentido de se construir uma análise concisa sobre a atuação do CIMI na reconfiguração da “indianidade” dos tapuios. Entretanto, espero ter sugerido algumas direções de análise sobre esta atuação. Atuação que reside sobre os pilares da

“conscientização” dos tapuios sobre si mesmos, uma “conscientização” que pode ser entendida como uma tentativa de “descivilização” ou “resgate das tradições perdidas”, de forma mais clara, como uma “reindianização” orientada pelas múltiplas imagens do índio operadas nos encontros do CIMI na qual pretende-se desconstruir os modos de ser branco que preenchem a “falta de cultura indígena dos tapuios”.

Em um documento do “I Encontro dos Povos Indígenas do Goiás-Tocantins”, Porto Nacional, 08/09/1991, lê-se:

“Nós, Povos Indígenas dos Estados de Goiás e Tocantins: Xerente, Krahô, Apinagé, Karajá de Xambioá, Tapuia do Carretão e Javaé (...) nos juntamos para ouvir e falar sobre nossos problemas, sofrimento e também para buscar boa idéia para aumentar nossa união.

Nós não somos pedra, nem bicho. Somos gente e índios, filhos da terra. Povos Indígenas do Goiás e do Tocantins com direitos que devem ser reconhecidos e respeitados.” (Documentos Diocese-Rubiataba, “Pasta CIMI”)

Aqui os tapuios não aparecem mais como “descendentes”, “remanescentes”, ex-índios, neste documento os tapuios tem cultura, conclamam reconhecimento, exigem respeito. Por que para atendê-los torna-se necessário reinventar sua diferença?

Bibliografia

CLASTRES, Pierre

1990 “A sociedade contra o Estado”. In *A Sociedade Contra o Estado*. Ed. Francisco Alves.

GOFFMAN, Erving

1988 *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. RJ: Guanabara.

OLIVEIRA JR., Adolfo Neves de

1997 “A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação”. Comunicação apresentada no V Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador/BA, de 17 a 20 de agosto de 1997. (mimeografado)

OSSAMI, Marlene Castro & FRAGA, Leila Miguez

1987 *Relatório Carretão: Os Tapuia*. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia-IGPA/UCG, Setor de Etnologia. (mimeografado)

SILVA, Cristhian Teófilo da

1998 *“Parados, bobos, murchos e tristes” ou “caçadores de onça”? Estudo sobre a situação histórica e a identificação étnica dos tapuios do Carretão/GO*. Dissertação de Graduação em Antropologia Social, Brasília: DAN/UnB.